



PREGÃO ELETRÔNICO
90007/2026



CONTRATANTE (UASG)
1º BATALHÃO FERROVIÁRIO (160447)

OBJETO
REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 814.653,58

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 13/07/2026 às 09h00 (horário de Brasília-DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO E FECHADO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM. TODOS OS ITENS SÃO EXCLUSIVOS PARA ME/EPP.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
10. DO TERMO DE CONTRATO	16
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
13. DOS RECURSOS	19
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO FERROVIÁRIO
(Batalhão de Engenheiros/1885 – 1º Batalhão Ferroviário/1920)
BATALHÃO BENJAMIN CONSTANT**

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026
(Processo Administrativo nº NUP: 65307.003139/2026-53)**

Torna-se público que o 1º Batalhão Ferroviário, por meio da Seção de Licitações e Contratos do 1º B Fv, sediado na Rua Marechal Rondon, 200, Bairro Conta Dinheiro, Lages – Santa Catarina, CEP 88520-900, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

LOCAL: O certame ocorrerá através do site: [Comprasnet](https://comprasnet.gov.br)

DATA: 13/07/2026 às 09h00 (Horário de Brasília-DF)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preço para eventual aquisição de material permanente e de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 73 (setenta e três) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento

Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. sociedades cooperativas;

3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;
- 3.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4. e 3.9.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.14. O disposto nos itens 3.9.4. e 3.9.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3. ou 5.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Marca;

6.1.2. Modelo;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estipulado no Termo de Referência.

6.1.5. Valor unitário do item. expresso em Reais (R\$)

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. No caso de haver divergência entre as especificações do objeto descritas no Catálogo de Materiais do Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital. Para a elaboração da proposta, o participante deve se basear no descritivo técnico do Termo de Referência (Anexo I).

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.9. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e

da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto e fechado**.

7.11. No modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado**.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares (a exemplo de catálogos, prospectos, fichas técnicas, etc.), quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. O índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, é o IPCA - Índice de Preços para o Consumidor Amplo, conforme especificado no item 9.21. do Termo de Referência.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo estarão disponíveis para consulta aos interessados no 1º B Fv, localizado na Rua Marechal Rondon, 200, Bairro Conta Dinheiro, Lages-SC. O acesso será franqueado nos dias úteis, durante os seguintes horários: das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas, de segunda-feira a quinta-feira, e das 08:00 horas às 12:00 horas nas sextas-feiras. Além disso, quando os documentos estiverem digitalizados, poderão ser acessados por meio do sítio eletrônico <https://licitacoesb.5rm.eb.mil.br/communities/8725e1e0-596e-477b-a764-c8fce3298f2c>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no

âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licita@1bfv.eb.mil.br ou por petição redigida e protocolada no seguinte endereço: Quartel do 1º Batalhão Ferroviário na rua 2º Batalhão Rodoviário, S/N, Bairro Conta Dinheiro, Lages/SC, CEP: 88.520-900.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e no endereço eletrônico <http://www.1bfv.eb.mil.br>. Além disso, os interessados poderão obter ou consultar o Edital no 1º B Fv, localizado na Rua Marechal Rondon, 200, Bairro Conta Dinheiro, Lages-SC, durante os dias úteis, nos seguintes horários: das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas, de segunda-feira a quinta-feira, e das 08:00 horas às 12:00 horas nas sextas-feiras. Essas informações podem ser acessadas no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo estarão disponíveis para consulta aos interessados.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência (TR) nº 34/2026;

16.11.1.1. Apêndice I do TR nº 34/2026 – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.1.2. Apêndice II do TR nº 34/2026 – Estudo Técnico Preliminar nº 27/2026

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

16.11.5. ANEXO IV - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

Lages, SC, na data da assinatura eletrônica.

VICENTE DA SILVA COSTA - TC
Ordenador de Despesas do 1º B Fv

1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

Termo de Referência 34/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2026	160447-1º BATALHÃO FERROVIÁRIO	RHUAN BARBOSA MACEDO	19/06/2026 09:19 (v 0.14)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		65307.003139/2026-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais permanentes e de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Média)	VALOR TOTAL
1	Câmera de segurança para uso externo resistente a chuva com requisitos mínimos : Qualidade de 1080p; Lente: 3.6mm; Distância da visão noturna : 20 metros; Tensão: 12v; Voltagem: Bivolt.	402810	UND	35	R\$ 301,70	R\$ 10.559,50
2	Apresentador multimídia com Laser, sem fio com as seguintes configurações mínimas: Conexão sem fio 2.4 GHz; Receptor sem fio USB nano Raio de comunicação : 10 metros; Compatibilidade : Windows 7 e superiores e com Linux; Possuir apontador laser ; Possuir LED indicador de funcionamento; Alimentação : 1 Pilha AAA; Incluir pilha AAA, manual de instrução, receptor USB.	475604	UND	5	R\$ 113,17	R\$ 565,85
	Computador Gamer Completo, Intel i5-12400F,					

3	Placa de video igual ou superior a rx 6600 8gb , 16GB DDR4, SSD 480GB FONTE TGT T3, 600W, PRETO, TGT-T2WK600-BK01 .sem monitor	480442	UND	10	R\$ 3.047,21	R\$ 30.472,10
4	Computador Gamer Completo com monitor 144hz, Intel i5-12400F, Placa de video igual ou superior a rx 7600 8gb , 16GB DDR4, SSD 480GB FONTE TGT TOMAHAWK T3, 600W, PRETO, TGT-T2WK600-BK01	477455	UND	15	R\$ 4.206,33	R\$ 63.094,95
5	Notebook com teclado numérico com as seguintes configurações mínimas: Processador: Intel Core i7- 1165G7; 2.80 GHz up to 4.70 GHz 12 MB L3 Cache Memória RAM : 8GB (expansível até 32 GB) ; Capacidade do SSD: 256 GB; Tela: Tamanho: 15.6" Resolução: Full HD (1920 x 1080) LED antirreflexiva; Placa de Rede : Gigabit Ethernet (10/100/1000); Teclado: Português-BR com teclado numérico integrado; Touchpad : Sim, com suporte à função multi-toques; Som : HD (High Definition) Audio Bateria: 43 Wh, Alimentação da fonte : 40W; Voltagem da fonte : Bivolt; Conexões: 1 USB-C - 1 USB 3.0 - 1 USB 2.0 - 1 HDMI; Conectividade: WiFi, Bluetooth;	613321	UND	10	R\$ 3.611,66	R\$ 36.116,60
6	Computador all in one com as seguintes especificações: core I5 12400 8GB RAM DDR4, SSD 480GB 23.8pol FULL HD, com sistema operacional	482914	UND	15	R\$ 2.085,05	R\$ 31.275,75
7	Impressora igual ou superior a EPSON Multifuncional EcoTank L6270	604722	UND	5	R\$ 2.092,00	R\$ 10.460,00
	Televisão de 55" com as					

8	<p>seguintes configurações mínimas: Tamanho da Tela : 75"; Tipo de Painei: LCD /LED; Processador: a5 Gn4 Processor 4K; Resolução: 4K UHD; Frequência Nativa (Hz) : 60Hz; DTV : Sim; HDR10 : Sim;</p> <p>Conexões: 4 Entradas HDMI 2.0 / 2 Entradas USB / 1 Entrada RF / 1 Saída Digital Optica; Som: 2.0 Ch. / 20W AI Sound Bluetooth Surround Ready AI Acoustic Tuning Clear Voice III Sound Share TV Sound Mode Share e-ARC (HDMI 2); Conteúdo da embalagem: 1 Smart TV; 1 Controle Remoto Smart Magic; 1 Cabo de força; 1 Manual.</p>	471011	UND	8	R\$ 2.362,27	R\$ 18.898,16
9	<p>Pen Drive 64 GB com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>Especificações:</p> <p>Capacidade: 64GB Taxa de Transmissão de Dados /Gravação: 3MB/s Taxa de Transmissão de Dados /Leitura: 10MB/s Conexões: USB 2.0 Compatibilidade: Mac Os 9.0 e superiores/Windows 98 e superiores e Linux.</p>	450532	UND	10	R\$ 35,89	R\$ 358,90
	<p>Nobreak 2200VA Entrada Bivolt 8</p> <p>Tomadas de Saída com as seguintes configurações mínimas: 2200VA de potência Entrada Bivolt automático 115V / 220V Saída Bivolt selecionável 115V / 220V 4 baterias seladas internas de 12V /7Ah Expansão de autonomia com conector de engate rápido – Exp Forma de onda Semi-Senoidal – PWM Comunicação inteligente USB de série 8 tomadas de saída (Norma NBR 14136) Estabilizador e filtro de linha integrados Chave liga-desliga</p>					

10	temporizada e memorizada Leds indicadores visuais (rede e bateria) Circuit breaker (mini disjuntor rearmável) Função blecaute: pode ser ligado na ausência de rede elétrica Carregador de bateria(s) inteligente Alarme sonoro Tecnologia SMD Microprocessador CISC / RISC Implementado / Flash Inversor sincronizado com a rede Acionamento do inversor em subtensão, sobretensão ou sobrecarga Medição da tensão de entrada em true-RMS Correção da tensão de saída em true-RMS Medição da corrente de bateria e corrente de carga em true- RMS Frequência de amostragem para medição true-RMS: 7680Hz (em rede 60Hz) Circuito desmagnetizador Painel em ABS	448046	UND	10	R\$ 2.714,51	R\$ 27.145,10
11	Nobreak 800VA, Entrada Bivolt, 6 Tomadas de Saída com as seguintes configurações mínimas: Tensão de Entrada: 115/220V Tensão saída: 115V; Frequência: 50 /60Hz; Potência nominal: 800VA; Autonomia: 40min; Tipo bateria: Bateria selada VRLA; Idioma: Português; Corrente nominal: 7A; Tensão : barramento (CC): 12Vcc; Corrente Baterias: 9Ah; Tipo de Tomada: Padrão NBR 14136.	469170	UND	10	R\$ 719,96	R\$ 7.199,60
12	Cabo de rede LAN CAT 5e – Bobina com 305 metros	467548	UND	10	R\$ 526,85	R\$ 5.268,50
13	Cabo de Rede CAT 6 blindado para uso externo bobina com 305 metros	465453	UND	5	R\$ 883,14	R\$ 4.415,70

14	Fonte de computador atx 650w.	336833	UND	25	R\$ 153,48	R\$ 3.837,00
15	Cabo HDMI 2.0 19 pinos 4K com 2,0m	479549	UND	30	R\$ 25,85	R\$ 775,50
16	Cabo HDMI 2.0 19 pinos 4K com 30m	465998	UND	10	R\$ 56,48	R\$ 564,80
17	Cabo de Força para computador /monitor, com 3 metros de comprimento e 3 pinos	465998	UND	30	R\$ 35,41	R\$ 1.062,30
18	Cabo VGA de 1,50 metros	430344	UND	30	R\$ 33,08	R\$ 992,40
19	Mouse Pad Com Apoio Gel Preto	466470	UND	75	R\$ 15,85	R\$ 1.188,75
20	Mouse com fio USB – 6000 DPI	457752	UND	80	R\$ 42,01	R\$ 3.360,80
21	Teclado com fio USB, Resistente à Respingos e Layout ABNT2	460248	UND	80	R\$ 102,88	R\$ 8.230,40
22	Kit Teclado e mouse sem fio com as seguintes configurações mínimas: ipo de conexão: Protocolo Logitech não unifying (2.4 GHz) com receptor Nano USB Alcance sem fio: 10 metros (33 pés) Criptografia sem fio Padrão de criptografia avançado de 128 bits (AES) entre dispositivos e receptor Suporte de software: Logitech SetPoint Teclado: Teclas de perfil baixo Altura do teclado ajustável Bateria: 2 x AAA Teclas especiais: 15 teclas de função acessíveis com a tecla fn Mouse: Conectar/Energia: Botão de ligar/desligar Tecnologia do sensor: Rastreamento óptico avançado Bateria: 1 x AA Requisitos do Sistema Windows® 7, Windows 8, Windows 10 ou posterior Chrome OS Linux® de kernel 2.6+ Porta USB Itens Inclusos: Teclado Mouse Receptor sem fio Documentações do usuário Duas pilhas AAA para	445539	UND	30	R\$ 101,04	R\$ 3.031,20

	teclado 1 AA bateria para mouse					
23	Toner original HP LaserJet P1005	359931	UND	10	R\$ 74,13	R\$ 741,30
24	Toner original para impressora Brother MFC L6702DW	437144	UND	50	R\$ 126,71	R\$ 6.335,50
25	Toner original para impressora Samsung xpress M288FW	484045	UND	60	R\$ 57,85	R\$ 3.471,00
26	Toner original para impressora HP Laserjet M127FW	382011	UND	25	R\$ 67,03	R\$ 1.675,75
27	Toner original para impressora Brother HL5452DN	332556	UND	50	R\$ 167,86	R\$ 8.393,00
28	Toner original para impressora Xerox B7025, B7030	434288	UND	20	R\$ 432,20	R\$ 8.644,00
29	Unidade de imagem original para Xerox B7025, B7030	610946	UND	10	R\$ 764,12	R\$ 7.641,20
30	Toner original para impressora HP LaserJet P3015	483748	UND	10	R\$ 305,85	R\$ 3.058,50
31	Toner original para impressora HP 1020, 1018, 1015	294194	UND	20	R\$ 216,13	R\$ 4.322,60
32	Kit 4 tintas originais impressora Epson L395, L1455	227914	UND	15	R\$ 210,42	R\$ 3.156,30
33	Kit 4 Refil Tinta T504 original Epson L6171	227918	UND	10	R\$ 190,44	R\$ 1.904,40
34	Toner original para impressora Lexmark MX622	603328	UND	40	R\$ 629,33	R\$ 25.173,20
35	Toner original para impressora HP M428FDW	602062	UND	40	R\$ 291,31	R\$ 11.652,40
36	Cilindro original para Brother HL5452 DN	438598	UND	50	R\$ 139,55	R\$ 6.977,50
37	Unidade de imagem original para impressora Lexmark MX622	453579	UND	50	R\$ 412,79	R\$ 20.639,50
38	Unidade de imagem original para Brother MFC L6702 DW	438945	UND	50	R\$ 290,67	R\$ 14.533,50
39	Unidade de Imagem para B7025, B7030	483238	UND	20	R\$ 1.683,33	R\$ 33.666,60
40	Unidade de imagem para Samsung Express M2885fw	427222	UND	50	R\$ 188,47	R\$ 9.423,50
	Rádio comunicador longo					

41	alcance com as seguintes configurações mínimas : canais: 32 (duas zonas de 16 canais) duração de bateria: digital 18 horas / analógico 14 horas audio (potencia): 500 mw potência de transmissão: máxima: 4 w / média: 3 w / mínima: 1w teclas configuráveis modo dual (digital e analogico) certificação militar digital função vox bateria de li - ion rádio de distância: 2 km faixa de frequência: vhf 136~174 – uhf 400~470mhz	486229	UND	40	R\$ 732,33	R\$ 29.293,20
42	Caixa de Som Super Bass 14W Rms USB	475609	UND	10	R\$ 158,80	R\$ 1.588,00
43	Caixa de som acústica para uso externo com as seguintes configurações mínimas: Linha: DN Tipo: Passiva Cor: Preto Material: Madeira Alto Falante: Woofer 15 Polegadas Drive: Titanium Potência: 175W RMS Sensibilidade (1W /1M): 96 dB 1mts Resposta de frequência: 50 a 18 khz Impedância: 8 Ohms Entrada: 1 x Speakon Encaixe: Para Pedestal Marca: Donner Dimensões aproximadas do produto: 49 x 33 x 33 Cm (A x L x C) Dimensões aproximadas da embalagem : 50 x 34 x 34 Cm (A x L x C) Peso aproximado do produto: 7,8 Kg	602685	UND	6	R\$ 1.431,82	R\$ 8.590,92
44	Roteador Wireless igual ou superior ao AX5400 WI-Fi 6	426731	UND	8	R\$ 529,33	R\$ 4.234,64
45	Unidade Disco Tipo: Disco Ssd , Capacidade: Mínimo 250 GB, Velocidade	607637	UND	80	R\$ 159,09	R\$ 12.727,20
46	Dvr Gravador de Vídeo MHDX 3116-C 16 Canais Full HD 1080p com Compressão H. 265+ e Inteligência Artificial + HD 1TB	461530	UND	10	R\$ 1.404,19	R\$ 14.041,90
47	Conector RJ45 CAT5E Pacote c/ 100 Peças	290052	UND	20	R\$ 7,40	R\$ 148,00

48	Microfone Solocast Podcast, USB, Pedestal Ajustável, Compatível PS4, PS5, Mac e PC - 4P5P8AA	602459	UND	10	R\$ 352,75	R\$ 3.527,50
49	Microfone Sem Fio Mão Duplo UHF JWL U-585 COM RECEPTOR	612281	UND	5	R\$ 488,19	R\$ 2.440,95
50	PROJETOR DE IMAGEM Projetor Powerlite W01, 3000 Lúmens, WXGA (Wide Screen), HDMI, Branco, Bivolt, Modelo: V11HA86020	613277	UND	5	R\$ 2.511,80	R\$ 12.559,00
51	Switch 24 Portas 10/100 /1000Mbps PoE+ 4 Slots SFP	604752	UND	10	R\$ 1.316,14	R\$ 13.161,40
52	Switch Gerenciável De 24 portas Gigabit + 4 portas	609334	UND	10	R\$ 2.030,94	R\$ 20.309,40
53	LIMPADOR DE CONTATO SPRAY 300ML PARA LIMPEZA ELETRÔNICA	242215	UND	15	R\$ 19,06	R\$ 285,90
54	PASTA TÉRMICA POTE 50 G PARA PROCESSADOR	320490	UND	20	R\$ 12,20	R\$ 244,00
55	KIT FERRAMENTAS PARA NOTEBOOK, CELULAR E RELÓGIO PONTO COM 115 PEÇAS/CHAVE	354451	UND	4	R\$ 174,53	R\$ 698,12
56	PLACA DE VIDEO IGUAL OU SUPERIOR NVIDIA RTX 2060 SUPER 8GB	606303	UND	5	R\$ 2.534,27	R\$ 12.671,35
57	KIT UPGRADE PARA COMPUTADOR PLACA MÃE, MEMORIA RAM E PROCESSADOR COM COOLER PROCESSADOR IGUAL OU SUPERIOR A O INTEL I7 12º GERAÇÃO DDR4 32GB 2X16GB 3200 MHZ PLACA MÃE COM SOCKET LGA 1700 COM SUPORTE PARA INTEL DA 12º GERAÇÃO E PARA MEMORIA RAM COM FREQUÊNCIA DE 3200MHZ	266990	UND	40	R\$ 2.903,51	R\$ 116.140,40
58	MULTIMETRO DIGITAL MULTIMETRO DIGITAL CATIII 600V ET-2042F	263583	UND	4	R\$ 230,21	R\$ 920,84
59	Mesa de Som MS16.4 AUX 16 Canais Efeito 4 Auxiliares Bluetooth Bivolt	615117	UND	2	R\$ 2.778,41	R\$ 5.556,82
	CARTUCHO TONNER					

60	PARA IMPRESSORA MFC-8860DN	332555	UND	10	R\$ 51,98	R\$ 519,80
61	CILINDRO PARA IMPRESSORA MFC-8860DN	343943	UND	10	R\$ 80,16	R\$ 801,60
62	Cartucho de toner para impressora mfc L6912DW	439041	UND	25	R\$ 217,88	R\$ 5.447,00
63	Unidade de Imagem para impressora mfc L6912DW	473089	UND	25	R\$ 480,35	R\$ 12.008,75
64	KIT 4 TINTA com 4 cores para brother	266744	UND	25	R\$ 234,40	R\$ 5.860,00
65	Amplificador som igual ou superior ao 3700 optical	391297	UND	2	R\$ 1.290,85	R\$ 2.581,70
66	Adaptador USB para RJ45	470246	UND	30	R\$ 89,69	R\$ 2.690,70
67	Cabo Displayport	479549	UND	30	R\$ 127,12	R\$ 3.813,60
68	Adaptador VGA para HDMI	435920	UND	30	R\$ 54,52	R\$ 1.635,60
69	Adptador HDMI para VGA	435920	UND	30	R\$ 18,64	R\$ 559,20
70	Disco Rígido (HD) 2 TB	602281	UND	30	R\$ 547,88	R\$ 16.436,40
71	Adaptador displayport para hdmi	435888	UND	30	R\$ 21,73	R\$ 651,90
72	Rádio comunicador portátil igual ou superior ao Radio Motorola Vx-261 16 Canais Uhf 403-470 Mhz	615245	UND	30	R\$ 1.050,77	R\$ 31.523,10
73	impressora ecotank igual ou superior a o modelo EPSON L6171	618566	UND	15	R\$ 1.853,20	R\$ 27.798,00
VALOR TOTAL:						R\$ 814.653,58

1.1.1. No caso de haver divergência entre as especificações do objeto descritas no Catálogo de Materiais do Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) e as especificações constantes neste Termo de Referência, prevalecerão, SEMPRE, as do Termo de Referência.

1.1.2. Como em muitos itens a descrição cadastrada no sistema “CATMAT” não é exatamente o descrito no Termo de Referência, na “Especificação” de cada item é descrita a especificação correta exigida, assim superando eventuais limitações do referido sistema.

1.1.3. Para a elaboração da proposta, o participante deve se basear no descritivo técnico do Termo de Referência.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 dias contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais permanentes e de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com a finalidade de atender às necessidades do 1º Batalhão Ferroviário, assegurando a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas no âmbito da Organização Militar. A disponibilidade adequada de recursos de TIC mostra-se essencial para o pleno funcionamento das rotinas institucionais, abrangendo o processamento de informações, a comunicação interna e externa, a utilização de sistemas corporativos e o suporte às atividades logísticas e administrativas.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 003944522000103-0-000148/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 08-05-2025;

III) Id do item no PCA: 55/2025;

IV) Classe/Grupo: 7090 e7090;

V) Identificador da Futura Contratação: 900072026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em aquisição de materiais permanentes e de consumo para o 1º Batalhão Ferroviário na forma da tabela do item 1 deste, por meio de pregão eletrônico pelo sistema de registro de preço, visando manter a capacidade de aquisição de materiais de TIC da Organização Militar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Capacitação

4.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.2. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos Temporais

4.3. A entrega dos bens deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por igual período, desde que devidamente justificado pela contratada e previamente autorizado pela Administração.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.4. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

4.6. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.7 O fornecimento dos bens será realizado mediante demanda, estando condicionado ao prévio recebimento, pela contratada, da Nota de Empenho, a ser emitida pela Administração.

4.8. A Nota de Empenho indicará, no que couber, a especificação dos itens, os quantitativos a serem fornecidos e o local de entrega, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.9. A contratada deverá acompanhar o andamento do fornecimento, mantendo a Administração informada acerca de quaisquer intercorrências que possam impactar prazos, qualidade ou condições de entrega, adotando tempestivamente as medidas necessárias à sua regularização.

4.10. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.11. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.12. A contratada deverá observar, no que couber, os princípios e diretrizes de segurança da informação e proteção de dados aplicáveis à Administração Pública, especialmente no que se refere à integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações.

4.12.1. Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de bens, sem tratamento direto de dados pessoais ou acesso a sistemas institucionais, não se aplicam requisitos específicos adicionais de segurança da informação e privacidade, além daqueles já previstos na legislação vigente.

Sustentabilidade

4.13. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>.

Indicação de marcas ou modelos:

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.16. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.16.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.16.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.16.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.2.10. O Contratado deverá, no momento da entrega do objeto, apresentar a comprovação da **origem dos bens importados** oferecidos e da **quitação dos tributos de importação** a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa, conforme art. 3º, III, do Decreto nº 7.174, de 2010."

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Condições de Entrega

6.4. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do **recebimento da nota de empenho**, em remessa única.

6.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Local e horário para entrega dos materiais

6.6. Os bens deverão ser entregues no almoxarifado do 1º Batalhão Ferroviário no seguinte endereço: Rua Marechal Cândido Rondon, 200 - Conta Dinheiro, Lages - SC, CEP - 88520-900.

6.7. Nos seguintes horários:

6.7.1. Segunda a quinta-feira das 08:00h às 11h30min e das 14:00h às 16h30min; e

6.7.2. Às sextas-feiras das 08:00h às 11h30min.

6.8. Poderá ocorrer alterações nos horários ou dias a depender do expediente da Organização Militar.

6.8. A entrega do material será de responsabilidade do fornecedor e não caberá ao contratante arcar com quaisquer custos do transporte.

6.9. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.11. A Nota de Empenho indicará os quantitativos dos bens a serem fornecidos, o local de entrega e o prazo aplicável, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, servindo como instrumento para controle da execução contratual.

Mecanismos formais de comunicação

6.12. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Nota de Empenho;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados;

V) E-mails e Cartas;

Formas de Pagamento

6.13. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.14. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.6. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.15. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.17. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.18. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.19. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.20. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.21. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.22. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.23. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.24. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”.

O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.25. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6.1. Consideram-se hipóteses de inexecução parcial, para fins de aplicação da penalidade acima:

I – atraso reiterado no fornecimento;

II – entrega em desacordo com as especificações técnicas;

III – falhas na qualidade dos bens que não inviabilizem totalmente sua utilização;

IV – descumprimento de obrigações acessórias previstas no Termo de Referência.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 8 (oito) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento

Cessão de Crédito

9.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/03/2026.

9.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, quando adotado o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto por grupo de itens, os preços unitários máximos aceitáveis serão aqueles estabelecidos pela Administração como referência para a contratação.

10.3.1. Os valores unitários máximos aceitáveis constam da planilha de composição de preços anexa ao edital, bem como da tabela constante no item 1 deste Termo de Referência, devendo as propostas dos licitantes observarem tais limites, sob pena de desclassificação.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis [dos dois últimos exercícios sociais], já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.25. . Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da contratação.

10.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. Estimativas do Valor da Contratação

10.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

Disposições gerais sobre habilitação

10.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é R\$ 814.653,58 (oitocentos e quatorze mil seiscientos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima:**

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 171460;

IV) Elemento de despesa: 449052; e

V) Plano interno: I3DAFUNADOM.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilos.

<div>_____</div> <div>Diego Ribeiro Amaral - CB</div> <div>Integrante</div> <div>Requisitante</div>	<div>_____</div> <div>Luiz Pedro Freitas de Souza - CB</div> <div>Integrante</div> <div>Técnico</div>	<div>_____</div> <div>Rhuan Barbosa Macedo - CB</div> <div>Integrante</div> <div>Administrativo</div>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Autoridade Máxima TIC
<div>Daniel Fredmann Silva de Mattos - Maj</div> <div>Fiscal Administrativo do 1º B Fv</div>

14. ANEXO I

ANEXO I - Termo de Referência

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 (Três) dias contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.8. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.10. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.11. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.12. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.13. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.4.3. indenizações e multas.

6.5. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Lages-SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAYCON MACHADO BARBOZA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência

VICENTE DA SILVA COSTA

Autoridade competente

1º BATALHÃO FERROVIÁRIO**Estudo Técnico Preliminar 27/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 65307.003139/2026-53

2. Garantia da Contratação

2.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com entrega parcelada e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

2.2. A não exigência de garantia contratual mostra-se adequada e proporcional à natureza da contratação, tendo em vista que os itens a serem adquiridos possuem ampla disponibilidade no mercado, baixa complexidade de fornecimento e reduzido risco de inadimplemento contratual capaz de causar prejuízos significativos à Administração.

2.3. Ademais, a exigência de garantia da contratação poderia restringir a competitividade do certame, especialmente em relação a fornecedores de pequeno e médio porte, sem que houvesse benefício proporcional à mitigação de riscos da contratação.

2.4. Ressalta-se, ainda, que a Administração adotará mecanismos de fiscalização, recebimento e acompanhamento contratual aptos a assegurar o adequado cumprimento das obrigações assumidas pela futura contratada.

3. Descrição da necessidade

3.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais permanentes e materiais de consumo destinados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando atender às necessidades operacionais, administrativas e técnicas do 1º Batalhão Ferroviário, incluindo sua sede administrativa e destacamentos de obra.

3.2. A aquisição pretendida objetiva garantir a continuidade das atividades institucionais desempenhadas pelos diversos setores da Organização Militar, assegurando o adequado funcionamento da infraestrutura tecnológica utilizada nas atividades administrativas, operacionais, de comunicação, instrução, segurança eletrônica, processamento de dados e suporte técnico.

3.3. A demanda decorre da necessidade de:

- a) substituição de equipamentos obsoletos ou com elevado desgaste decorrente do uso contínuo;
- b) ampliação da infraestrutura de TIC em razão das demandas operacionais da Organização Militar;
- c) manutenção da compatibilidade tecnológica entre equipamentos e sistemas já utilizados pela administração;
- d) reposição de suprimentos e periféricos essenciais ao funcionamento dos equipamentos existentes;
- e) atendimento às necessidades de conectividade, armazenamento, processamento, comunicação e segurança da informação.

3.4. A ausência da contratação poderá ocasionar prejuízos ao desempenho das atividades administrativas e operacionais da Organização Militar, comprometendo a continuidade dos serviços públicos prestados, o suporte aos usuários internos, a comunicação entre setores, a execução de atividades técnicas especializadas e o funcionamento regular dos sistemas informatizados.

3.5. Os materiais a serem adquiridos serão empregados em atividades de suporte administrativo, manutenção da infraestrutura de rede e informática, videomonitoramento, comunicação institucional, processamento de dados, atividades de instrução, bem como na modernização e melhoria dos recursos tecnológicos disponíveis no âmbito do 1º Batalhão Ferroviário.

3.6. A contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais de modernização tecnológica, aumento da eficiência administrativa, continuidade operacional e melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação da Organização Militar.

3.7. Considerando a natureza dos materiais pretendidos, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, tendo em vista a possibilidade de aquisições parceladas e futuras, conforme a necessidade da administração e disponibilidade orçamentária, proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

3.8. A definição do objeto e o levantamento das necessidades de TIC foram norteados pelas diretrizes da **Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022**, buscando o alinhamento estratégico entre as necessidades operacionais e de negócio do 1º Batalhão Ferroviário com as soluções de tecnologia disponíveis, visando a eficácia e a modicidade de custos.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Informática - 1º BFv	Cb Rhuan
Seção de Informática - 1º B Fv	Sgt Maycon
Seção de Informática - 1º B Fv	Cb L.Pedro

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais permanentes e materiais de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), compreendendo equipamentos, periféricos, suprimentos, componentes eletrônicos, materiais de infraestrutura de rede, comunicação, áudio e vídeo, destinados ao atendimento das necessidades do 1º Batalhão Ferroviário e seus destacamentos.

5.2. Os materiais ofertados deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, devidamente acondicionados em embalagem original do fabricante e atender integralmente às especificações técnicas mínimas constantes no Termo de Referência.

5.3. Os bens deverão possuir padrões mínimos de qualidade, desempenho, compatibilidade, confiabilidade, segurança e eficiência, observando-se as normas técnicas eventualmente aplicáveis, bem como os critérios de sustentabilidade e eficiência compatíveis com o objeto da contratação.

5.4. Os equipamentos e materiais deverão ser compatíveis com a infraestrutura tecnológica atualmente utilizada pela Administração, de forma a assegurar interoperabilidade, continuidade operacional e adequada integração aos recursos já existentes.

5.5. Os itens que possuírem certificação compulsória deverão estar em conformidade com as normas dos órgãos reguladores competentes, especialmente ANATEL, INMETRO e ABNT, quando aplicável.

5.6. A contratada deverá garantir que os produtos fornecidos estejam livres de defeitos de fabricação, avarias, vícios ou inconformidades, responsabilizando-se pela substituição dos itens recusados pela Administração em razão de desconformidade com as especificações exigidas.

5.7. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela contratada e aceito pela Administração.

5.8. As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado pela Administração, em dias úteis e dentro do horário de expediente do 1º Batalhão Ferroviário, conforme definido no Termo de Referência.

5.9. Os materiais permanentes e equipamentos eletrônicos deverão possuir garantia mínima fornecida pelo fabricante ou pela contratada, conforme especificação individual de cada item constante no Termo de Referência.

5.10. A contratada deverá cumprir integralmente todas as condições, obrigações e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, seus anexos e proposta apresentada, responsabilizando-se pelos custos decorrentes do fornecimento, transporte, embalagem, substituição e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

5.11. Considerando a natureza diversificada dos itens pretendidos, admite-se o fornecimento parcelado, conforme necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços.

5.12. **Observância Normativa:** Definição de requisitos tecnológicos conforme o art. 11 da **IN SGD/ME nº 94/2022**.

5.13. **Segurança e Privacidade:** Atendimento à Política de Segurança da Informação do Contratante e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

6. Levantamento de Mercado

6.1. Foi realizado levantamento de mercado visando identificar fornecedores e soluções disponíveis capazes de atender às necessidades do 1º Batalhão Ferroviário quanto ao fornecimento de materiais permanentes e materiais de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

6.2. Verificou-se que os itens pretendidos possuem ampla disponibilidade no mercado nacional, sendo comercializados por diversas empresas especializadas do ramo, não havendo restrição de competitividade para a futura contratação.

6.3. Constatou-se que os materiais objeto da contratação são amplamente utilizados pela Administração Pública e possuem especificações usuais de mercado, permitindo a definição objetiva dos requisitos técnicos necessários ao atendimento da demanda administrativa.

6.4. As especificações preliminares dos itens foram elaboradas com base em padrões usuais de mercado, buscando garantir compatibilidade, qualidade, desempenho e atendimento às necessidades operacionais da Organização Militar.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução consiste na contratação de empresas especializadas para o fornecimento de materiais permanentes e materiais de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando atender às necessidades administrativas, operacionais e técnicas do 1º Batalhão Ferroviário e seus destacamentos.

7.2. A contratação contempla o fornecimento de equipamentos de informática, periféricos, suprimentos, materiais de infraestrutura de rede, comunicação, áudio e vídeo, destinados à manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica da Organização Militar.

7.3. Os materiais deverão atender às especificações técnicas mínimas definidas pela Administração, garantindo compatibilidade com a infraestrutura existente, adequado desempenho operacional e continuidade dos serviços executados no âmbito da Organização Militar.

7.4. A solução será executada por meio de Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições parceladas conforme necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. **Objeto:** Aquisição de materiais permanentes e de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o 1º Batalhão Ferroviário.

8.2. Declaração de Alinhamento: Esta contratação está em consonância com o **PDTIC** do órgão, com a **Estratégia de Governo Digital** e com o **Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS)**.

8.3. Justificativa por Grupos de Itens:

8.3.1. Grupo 1 (Hardware de Alto Desempenho): Atendimento a demandas de softwares de engenharia e modelagem técnica, incluindo kits de upgrade para economicidade do ciclo de vida dos bens.

8.3.2. Grupo 2 (Infraestrutura de Rede): Garantia de tráfego seguro de dados e estabilidade de conexão entre a sede e os destacamentos de obra.

8.3.3. Grupo 3 (Segurança Eletrônica): Proteção do patrimônio público e monitoramento de áreas militares por meio de inteligência artificial.

8.3.4. Grupo 4 (Suprimentos de Impressão): Manutenção da continuidade do suporte administrativo e operacional de todas as seções.

8.3.5. Grupo 5 (Comunicação de Campo e Multimídia): Viabilização de comunicações em áreas remotas onde a telefonia convencional é inexistente.

8.3.6. Grupo 6 (Proteção Elétrica e Manutenção): Mitigação de riscos de danos por oscilações elétricas e ferramentas para suporte técnico local.

8.4. Busca por Soluções: Realizada análise comparativa de soluções de mercado, avaliando benefícios qualitativos e econômicos.

8.5. PMC-TIC (Windows): Avaliada a vantajosidade de adquirir o Sistema Operacional Windows via catálogos de soluções padronizadas (**PMC-TIC**).

8.6. Justificativa de Catálogos: Itens fora do Catálogo Eletrônico de Padronização justificam-se por especificidades técnicas necessárias às missões de engenharia.

8.7. As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base nas necessidades operacionais e administrativas do 1º Batalhão Ferroviário e seus destacamentos, considerando a demanda atual dos setores usuários, a manutenção da infraestrutura tecnológica existente, a substituição de equipamentos obsoletos ou inoperantes e a necessidade de ampliação dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

8.8. Metodologia de Dimensionamento: A definição dos quantitativos descritos neste estudo baseou-se na estipulação da real necessidade administrativa do 1º Batalhão Ferroviário, considerando o número de usuários ativos, o índice de obsolescência do parque tecnológico atual e a necessidade de reposição de materiais de consumo para a continuidade dos serviços. Os documentos que comprovam o histórico de consumo e o inventário que justifica este dimensionamento encontram-se anexados ao processo administrativo.

8.9. Justificativa de Bens de TIC (PMC-TIC): No que tange ao fornecimento de computadores com o Sistema Operacional (Windows), a equipe de planejamento avaliou as condições do *Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas (PMC-TIC)*. Optou-se pela aquisição conjunta (sistema operacional integrado ao hardware OEM) por se mostrar a alternativa técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, garantindo a compatibilidade imediata de drivers, menor custo de licenciamento em lote e simplificação da garantia de suporte técnico do equipamento.

8.10. Os quantitativos estimados encontram-se detalhados na tabela abaixo, acompanhados das respectivas especificações técnicas preliminares, unidades de fornecimento e valores estimados de referência.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA

1	Câmera de segurança para uso externo resistente a chuva com requisitos mínimos : Qualidade de 1080p; Lente : 3.6mm; Distância da visão noturna : 20 metros; Tensão: 12v; Voltagem: Bivolt.	402810	UND	35	R\$ 301,70
2	Apresentador multimídia com Laser, sem fio com as seguintes configurações mínimas: Conexão sem fio 2.4 GHz; Receptor sem fio USB nano Raio de comunicação : 10 metros; Compatibilidade : Windows 7 e superiores e com Linux; Possuir apontador laser ; Possuir LED indicador de funcionamento; Alimentação : 1 Pilha AAA; Incluir pilha AAA, manual de instrução, receptor USB.	475604	UND	05	R\$ 113,17
3	Computador Gamer Completo, Intel i5-12400F, Placa de video igual ou superior a rx 6600 8gb , 16GB DDR4, SSD 480GB FONTE TGT TOMAHAWK T3, 600W, PRETO, TGT-T2WK600-BK01 .sem monitor	480442	UND	10	R\$ 3.047,21
4	Computador Gamer Completo com monitor 144hz, Intel i5-12400F, Placa de video igual ou superior a rx 7600 8gb , 16GB DDR4, SSD 480GB FONTE TGT TOMAHAWK T3, 600W, PRETO, TGT-T2WK600-BK01	477455	UND	15	R\$ 4.206,33
5	Notebook com teclado numérico com as seguintes configurações mínimas: Processador: Intel Core i7-1165G7; 2.80 GHz up to 4.70 GHz 12 MB L3 Cache Memória RAM : 8GB (expansível até 32 GB) ; Capacidade do SSD: 256 GB; Tela: Tamanho: 15.6" Resolução: Full HD (1920 x 1080) LED antirreflexiva; Placa de Rede : Gigabit Ethernet (10/100/1000); Teclado: Português-BR com teclado numérico integrado; Touchpad : Sim, com suporte à função multi-toques; Som : HD (High Definition) Audio Bateria: 43 Wh, Alimentação da fonte : 40W; Voltagem da fonte : Bivolt; Conexões: 1 USB-C - 1 USB 3.0 - 1 USB 2.0 - 1 HDMI; Conectividade: WiFi, Bluetooth;	613321	UND	10	R\$ 3.611,66
	MONITOR COM AS SEGUINTESS CONFIGURAÇÕES Especificações: Tela: - Tamanho da tela: 31.5" - Proporção da tela: 16:9 - Curvatura: R1500 - Resolução máxima: 1080P (FullHD) - 1920x1080 - Taxa de Atualização: 165Hz (overclock) e (144Hz nativo) - Tempo de resposta: 1ms (MPRT) - ngulo de visão: > 178° (H) / 178° (V) - Taxa de contraste: 3000:1 - Cores: 16.7 M - Brilho: 220 cd/m³ - Luz de fundo: E-LED Recursos: - Tecnologia Adaptive Sync - Redução de Luz azul - Flicker Free - Modo Gameplus - Painel: VA - Ajuste de inclinação de 5° a 15° - LED Traseiro - Padrão VESA 75 x 75 mm Dimensões: - 710 x 550 x 355 mm Conectividade:- 2x HDMI 1.4 - 1x DisplayPort 1.2 - Saída de áudio 3.5 mm Alimentação: 85 PLACA DE VIDEO				

6	<p>RTX 2060 8GB 606303 UND 05 R\$ 1.975,48 86 KIT UPGRADE PARA COMPUTADOR PLACA MÃE, MEMORIA RAM E PROCESSADOR COM COOLER PROCESSADOR INTEL I7 12º GERAÇÃO OU RYZEN 7 MEMORIA RAM DDR4 32GB 2X16GB 3200 MHZ PLACA MÃE COM SOCKET LGA 1700 COM SUPORTE PARA INTEL DA 12º GERAÇÃO E PARA MEMORIA RAM COM FREQUÊNCIA DE 3200MHZ 266990 UND 50 R\$ 2.244,56 87 MULTIMETRO DIGITAL MULTIMETRO DIGITAL CATIII 600V ET-2042F 615294 UND 4 R\$ 117,74 88 Mesa de Som MS16.4 AUX 16 Canais Efeito 4 Auxiliares Bluetooth Bivolt 376110 UND 3 R\$ 1.715,23 89 CARTUCHO TONNER PARA IMPRESSORA MFC-8860DN 332555 UND 10 R\$ 69,60 90 CILINDRO PARA IMPRESSORA MFC-8860DN 343943 UND 10 R\$ 87,33 91 ESTABILIZADOR DE TENSÃO 1KVA (1000VA) 220V/220V – Estabilizador de tensão de Potência nominal: 1000 VA, com entrada 220v e saída 220v. Garantia mínima de 6 meses. 616536 UND 05 R\$267,88 - AC 100/240V 1.5A</p>	482914	UND	15	R\$ 2.085,05
	<p>Impressora multifuncional COLORIDA com as seguintes configurações mínimas : Tecnologia de impressão: Jato de tinta Heat-Free PrecisionCore® de 4 cores (CMYK); Tamanho mínimo de gotícula de tinta: 3,3 picolitros com tecnologia de gotas de tinta de tamanho variável; Resolução máxima de impressão: Até 4800 dpi x 1200 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel; Velocidade de impressão ISO: 17 ppm em preto e 9 ppm em cores (A4/carta); Configuração de injetores: 400 injetores pretos e 128 injetores para cada cor (amarela, ciano e magenta); Velocidade máxima de impressão de rascunho: 38 ppm em preto e 24 ppm em cores (rascunho, A4 /carta); Tipo de scanner: Base plana com sensor de linhas CIS coloridos; Resolução óptica: 1200 dpi; Resolução interpolada: 1200 dpi x 2400 dpi; Profundidade de bit de cor: Cor: 48 bits de entrada, 24 bits de saída - tons de cinza: 16 bits de entrada, 8 bits de saída Preto e branco: 16 bits de entrada, 1 bit de saída; Características do Scanner: PDF, JPEG, PNG, TIFF, Multi-TIFF, BMP; Área máxima de digitalização: 21,6 cm x 35,6 cm; Velocidade de digitalização: 13 segundos em preto e branco/ 28 segundos em cores PDF e tamanho A4 a 200 dpi; Memória: 1,1 MB, até 100 páginas; Botões de velocidade: 100 (número máximo), 99 grupos; Cópia: Velocidade de cópia ISO: 11,5 em preto 5,5 em cores (A4/carta) Qualidade de cópia: Normal /melhor qualidade Quantidade de cópias: 1-99 (sem PC) Tamanho máximo da cópia: Ofício/Legal (ADF e base de scanner)</p>				

7	<p>Características de cópia: Redução e ampliação (25% - 400%) ajuste automático, impressão frente e verso (o usuário deve digitalizar manualmente) Manuseio do papel: Tamanhos de papel: 10 cm x 15 cm, 13 cm x 18 cm, 20 cm x 25 cm, carta, ofício, (21,6 cm x 35,6 cm), A4, A5, A6, B5, A3+ (33 cm x 48 cm), A3 (30 cm x 42 cm); Tamanho máximo do papel:Alimentação traseira: A3+ (32,9 cm x 48,3 cm) ou definido pelo usuário até 32,9 cm X 120 cm Bandeja Frontal: Legal (21,6 cm x 35,6 cm) ou definido pelo usuário até 21,6 cm x 120 cm Tipos de papel: Suporta diferentes papéis Epson; papel sulfite comum; Tamanhos sem margens: Carta, A4, A3 (29,7 cm x 42 cm), 4 x 6", 5 x 7", 8 x 10", 11 x 14", 11 x 17", definido pelo usuário (89 cm x 12,7 cm to 29,7 cm x 120 cm); Tipos de envelope: Nº 10 (10,5 cm x 24,1 cm); Gramatura máxima do papel: Papel Normal: 64 90 g/m² ; papel fotográfico: 102 300 g/m²; Capacidade de entrada de papel: Alimentação traseira: 20 folhas de papel normal, de outros tipos de papéis; Bandeja Frontal: 250 folhas de papel normal, 20 Folhas de Premium Glossy Photo Paper, 10 envelopes Capacidade de bandeja de saída: 30 folhas de papel normal, 20 folhas A3+; Conectividade padrão: USB de alta velocidade (compatível com USB 2.0), Ethernet 10/100, Wi-Fi4 (IEEE 802.11 b/g/n), Wi-Fi Direct®4 Protocolos de impressão em rede: TCPP /IPv4, TCP/IPv6 y LDP, IPP, PORT9100, WSD Protocolos de gerenciamento de redes: SNMP, HTTP, DHCP, BOOTP, APIPA, PING, DDNS, mDNS, SLP, WSD, LLTD Segurança WLAN: WEP (64-bits/128-bits), WPA-PSK (TKIP), WPA2-PSK (AES), WPA3-SAE(AES) Detalhes da Impressora: Visor LCD: LCD touch colorido de 2,7"; Linguagem de impressão: ESC/P® Raster e ESC/P®-R (sem PC); Características especiais: Impressão automática frente e verso (A4/Carta/definido pelo usuário 18,2 cm x 25,7 cm - 21,6 cm x 29,7 cm), intercalar, modo silencioso de impressão; Configuração de tinta:Garrafa de tinta preta T504120-AL Garrafa de tinta ciano T504220-AL Garrafa de tinta magenta T504320-AL Garrafa de tinta amarela T504420-AL Rendimento de tinta: 1 garrafa com tinta preta de reposição rende até 7.500 páginas, 3 garrafas coloridas (ciano, magenta, amarelo) de reposição rendem até 6.000 páginas Energia Voltagem: AC 100 - 240 V Frequência nominal: 50 Hz - 60 Hz Consumo de energia: Modo de operação: 12W Geral: Sistemas operacionais: Windows Vista™/ Windows® 7/Windows® 8 /8.1/Windows® 10 (32bits/ 64bits), Windows Server® 2003 SP2 ou mais recente5, Mac OS® X 10.7.5 ou mais recente e LINUX.</p>	604722	UND	5	R\$2.092,00

8	Televisão de 55" com as seguintes configurações mínimas: Tamanho da Tela : 75"; Tipo de Paine: LCD/LED; Processador: a5 Gn4 Processor 4K; Resolução: 4K UHD; Frequência Nativa (Hz) : 60Hz; DTV : Sim; HDR10 : Sim; Conexões: 4 Entradas HDMI 2.0 / 2 Entradas USB / 1 Entrada RF / 1 Saída Digital Optica; Som: 2.0 Ch. / 20W AI Sound Bluetooth Surround Ready AI Acoustic Tuning Clear Voice III Sound Share TV Sound Mode Share e-ARC (HDMI 2); Conteúdo da embalagem: 1 Smart TV; 1 Controle Remoto Smart Magic; 1 Cabo de força; 1 Manual.	471011	UND	8	R\$ 2.362,27
9	Pen Drive 64 GB com as seguintes configurações mínimas: Especificações: Capacidade: 64GB Taxa de Transmissão de Dados/Gravação: 3MB/s Taxa de Transmissão de Dados/Leitura: 10MB/s Conexões: USB 2.0 Compatibilidade: Mac Os 9.0 e superiores/Windows 98 e superiores e Linux.	450532	UND	10	R\$ 35,89
10	Nobreak 2200VA Entrada Bivolt 8 Tomadas de Saída com as seguintes configurações mínimas: 2200VA de potência Entrada Bivolt automático 115V / 220V Saída Bivolt selecionável 115V / 220V 4 baterias seladas internas de 12V/7Ah Expansão de autonomia com conector de engate rápido – Exp Forma de onda Semi-Senoidal – PWM Comunicação inteligente USB de série 8 tomadas de saída (Norma NBR 14136) Estabilizador e filtro de linha integrados Chave liga-desliga temporizada e memorizada Leds indicadores visuais (rede e bateria) Circuit breaker (mini disjuntor rearmável) Função blecaute: pode ser ligado na ausência de rede elétrica Carregador de bateria(s) inteligente Alarme sonoro Tecnologia SMD Microprocessador CISC / RISC Implementado / Flash Inversor sincronizado com a rede Acionamento do inversor em subtensão, sobretensão ou sobrecarga Medição da tensão de entrada em true-RMS Correção da tensão de saída em true-RMS Medição da corrente de bateria e corrente de carga em true-RMS Frequência de amostragem para medição true-RMS: 7680Hz (em rede 60Hz) Circuito desmagnetizador Paine: em ABS	448046	UND	10	R\$ 2.714,51
11	Nobreak 800VA, Entrada Bivolt, 6 Tomadas de Saída com as seguintes configurações mínimas: Tensão de Entrada: 115/220V Tensão saída: 115V; Frequência: 50/60Hz; Potência nominal: 800VA; Autonomia: 40min; Tipo bateria: Bateria selada VRLA; Idioma: Português; Corrente nominal: 7A; Tensão : barramento (CC): 12Vcc; Corrente Baterias: 9Ah; Tipo de Tomada: Padrão NBR 14136.	469170	UND	10	R\$ 719,96

12	Cabo de rede LAN CAT 5e – Bobina com 305 metros	467548	UND	10	R\$ 526,85
13	<p>Cabo de Rede LAN CAT 5e Blindado Modelo: CAT 5E Blindado - Homologado pela Anatel Descrição: Cabo constituído por condutores de cobre nu, maciço, com isolamento em termoplástico, reunidos e núcleo enfaixado por uma fita metalizada em contato com fio solido estanhado e protegido por capa externa. Características: Condutor acobreado, trancado em pares e coberto de polietileno Cabo com 4 pares, 24 AWG e 0,51 mm Capa externa com protecao UV Flamabilidade: CMX Segunda capa: Material plástico na cor preta, especifico para uso externo Cabo blindado com fita metalizada Especificações: Bobina de aproximadamente 305 metros. Condutor: 100% Cobre Isolacao: Termoplastico solido Os condutores isolados são reunidos dois a dois, formando o par Núcleo: Os pares são reunidos com passo adequado, formando o nucleo do cabo. Revestimento Externo: Capa de material para uso externo na cor: preto Aplicação: Instalação interna e externa Homologado pela Anatel"</p> <p>-Item 21: Sugestão de descrição: "Fonte de computador ATX 350W configurações mínimas : Potencia : 350W Pinos : 20+4p e CPU 4+4P Tensão de entrada : 115 /230VAC / 4A/ 47~63Hz – Bivolt Chaveada Potência: 350W Pinos: 20+4P e CPU 4+4P Tensao Entrada: 115/230VAC / 4A / 47~63Hz - Bivolt Chaveada Tensao Saida: +3.3V /+5V /+12V1 /+12V2 /-12V /+5Vsb Corrente: 16A /15A /14A /11A /0.3A /2.5A Frequência: 110W /300W /3.6W /12.5W SATA: 2 Conectores Ventiladores: 1x Fan de 12cm Molex: 02 Conectores Voltagem: 115 ~ 230 (12V).</p>	465453	UND	05	R\$ 883,14
14	Fonte de computador atx 650w.	336833	UND	25	R\$ 153,48
15	Cabo HDMI 2.0 19 pinos 4K com 2,0m	479549	UND	30	R\$ 25,85
16	Cabo HDMI 2.0 19 pinos 4K com 30m	465998	UND	10	R\$ 56,48
17	Cabo de Força para computador/monitor, com 3 metros de comprimento e 3 pinos	465998	UND	30	R\$ 35,41
18	Cabo VGA de 1,50 metros	430344	UND	30	R\$ 33,08
19	Mouse Pad Com Apoio Gel Preto	466470	UND	75	R\$ 15,85
20	Mouse com fio USB – 6000 DPI	457752	UND	80	R\$ 42,01

21	Teclado com fio USB, Resistente à Respingos e Layout ABNT2	460248	UND	80	R\$ 102,88
22	Kit Teclado e mouse sem fio com as seguintes configurações mínimas: ipo de conexão: Protocolo Logitech não unifying (2.4GHz) com receptor Nano USB Alcance sem fio: 10 metros (33 pés) Criptografia sem fio Padrão de criptografia avançado de 128 bits (AES) entre dispositivos e receptor Suporte de software: Logitech SetPoint Teclado: Teclas de perfil baixo Altura do teclado ajustável Bateria: 2 x AAA Teclas especiais: 15 teclas de função acessíveis com a tecla fn Mouse: Conectar/Energia: Botão de ligar/desligar Tecnologia do sensor: Rastreamento óptico avançado Bateria: 1 x AA Requisitos do Sistema Windows® 7, Windows 8, Windows 10 ou posterior Chrome OS Linux® de kernel 2.6+ Porta USB Itens Inclusos: Teclado Mouse Receptor sem fio Documentações do usuário Duas pilhas AAA para teclado 1 AA bateria para mouse	445539	UND	30	R\$ 101,04
23	Toner original HP LaserJet P1005	359931	UND	10	R\$ 74,13
24	Toner original para impressora Brother MFC L6702DW	437144	UND	50	R\$ 126,71
25	Toner original para impressora Samsung xpress M288FW	484045	UND	60	R\$ 57,85
26	Toner original para impressora HP Laserjet M127FW	382011	UND	25	R\$ 67,03
27	Toner original para impressora Brother HL5452DN	332556	UND	50	R\$ 167,86
28	Toner original para impressora Xerox B7025, B7030	434288	UND	20	R\$ 432,20
29	Unidade de imagem original para Xerox B7025, B7030	610946	UND	10	R\$ 764,12
30	Toner original para impressora HP LaserJet P3015	483748	UND	10	R\$ 305,85
31	Toner original para impressora HP 1020, 1018, 1015	294194	UND	20	R\$ 216,13
32	Kit 4 tintas originais impressora Epson L395, L1455	227914	UND	15	R\$ 210,42

33	Kit 4 Refil Tinta T504 original Epson L6171	227918	UND	10	R\$ 190,44
34	Toner original para impressora Lexmark MX622	603328	UND	40	R\$ 629,33
35	Toner original para impressora HP M428FDW	602062	UND	40	R\$ 291,31
36	Cilindro original para Brother HL5452 DN	438598	UND	50	R\$ 139,55
37	Unidade de imagem original para impressora Lexmark MX622	453579	UND	50	R\$ 412,79
38	Unidade de imagem original para Brother MFC L6702 DW	438945	UND	50	R\$ 290,67
39	Unidade de Imagem para B7025, B7030	483238	UND	20	R\$ 1.683,33
40	Unidade de imagem para Samsung Express M2885fw	427222	UND	50	R\$188,47
41	Rádio comunicador longo alcance com as seguintes configurações mínimas : canais: 32 (duas zonas de 16 canais) duração de bateria: digital 18 horas / analógico 14 horas audio (potencia): 500 mw potência de transmissão: máxima: 4 w / média: 3 w / mínima: 1w teclas configuráveis modo dual (digital e analogico) certificação militar digital função vox bateria de li - ion ráio de distância: 2 km faixa de frequência: vhf 136~174 – uhf 400~470mhz	486229	UND	40	R\$732,33
42	Caixa de Som Super Bass 14W Rms USB	475609	UND	10	R\$ 158,80
43	Caixa de som acústica para uso externo com as seguintes configurações mínimas: Linha: DN Tipo: Passiva Cor: Preto Material: Madeira Alto Falante: Woofer 15 Polegadas Drive: Titanium Potência: 175W RMS Sensibilidade (1W/1M): 96 dB 1mts Resposta de frequência: 50 a 18 khz Impedância: 8 Ohms Entrada: 1 x Speakon Encaixe: Para Pedestal Marca: Donner Dimensões aproximadas do produto: 49 x 33 x 33 Cm (A x L x C) Dimensões aproximadas da embalagem : 50 x 34 x 34 Cm (A x L x C) Peso aproximado do produto: 7,8 Kg	602685	UND	06	R\$ 1.431,82
44	Roteador Wireless igual ou superior ao AX5400 WI-Fi 6	426731	UND	08	R\$ 529,33

45	Unidade Disco Tipo: Disco Ssd , Capacidade: Mínimo 250 GB, Velocidade	607637	UND	80	R\$ 159,09
46	Dvr Gravador de Vídeo MHDX 3116-C 16 Canais Full HD 1080p com Compressão H.265+ e Inteligência Artificial + HD 1TB	461530	UND	10	R\$ 1.404,19
47	Conector RJ45 CAT5E Pacote c/ 100 Peças	290052	UND	20	R\$ 7,40
48	Microfone Solocast Podcast, USB, Pedestal Ajustável, Compatível PS4, PS5, Mac e PC - 4P5P8AA	602459	UND	10	R\$ 352,75
49	Microfone Sem Fio Mão Duplo UHF JWL U-585 COM RECEPTOR	612281	UND	5	R\$ 488,19
50	PROJETOR DE IMAGEM Projetor Powerlite W01, 3000 Lúmens, WXGA (Wide Screen), HDMI, Branco, Bivolt, Modelo: V11HA86020	613277	UND	5	R\$ 2.511,80
51	Switch 24 Portas 10/100/1000Mbps PoE+ 4 Slots SFP	604752	UND	10	R\$ 1.316,14
52	Switch Gerenciável De 24 portas Gigabit + 4 portas	609334	UND	10	R\$ 2.030,94
53	LIMPADOR DE CONTATO SPRAY 300ML PARA LIMPEZA ELETRÔNICA	242215	UND	15	R\$ 19,06
54	PASTA TÉRMICA POTE 50G PARA PROCESSADOR	320490	UND	20	R\$ 12,20
55	KIT FERRAMENTAS PARA NOTEBOOK, CELULAR E RELÓGIO PONTO COM 115 PEÇAS/CHAVE	354451	UND	04	R\$ 174,53

56	PLACA DE VIDEO RTX 2060 8GB	606303	UND	05	R\$ 2.534,27
57	KIT UPGRADE PARA COMPUTADOR PLACA MÃE, MEMORIA RAM E PROCESSADOR COM COOLER PROCESSADOR INTEL I7 12º GERAÇÃO OU RYZEN 7 MEMORIA RAM DDR4 32GB 2X16GB 3200 MHZ PLACA MÃE COM SOCKET LGA 1700 COM SUPORTE PARA INTEL DA 12º GERAÇÃO E PARA MEMORIA RAM COM FREQUÊNCIA DE 3200MHZ	266990	UND	40	R\$ 2.903,51
58	MULTIMETRO DIGITAL MULTIMETRO DIGITAL CATIII 600V ET-2042F	263583	UND	04	R\$ 230,21
59	Mesa de Som MS16.4 AUX 16 Canais Efeito 4 Auxiliares Bluetooth Bivolt	615117	UND	02	R\$ 2.778,41
60	CARTUCHO TONNER PARA IMPRESSORA MFC-8860DN	332555	UND	10	R\$ 51,98
61	CILINDRO PARA IMPRESSORA MFC- 8860DN	343943	UND	10	R\$ 80,16
62	Cartucho de toner para impressora mfc L6912DW	439041	UND	25	R\$217,88
63	Unidade de Imagem para impressora mfc L6912DW	473089	UND	25	R\$ 480,35
64	KIT 4 TINTA com 4 cores para brother	266744	UND	25	R\$234,40
65	Amplificador som 3700 optical	391297	UND	2	R\$ 1.290,85
66	Adaptador USB para RJ45	470246	UND	30	R\$ 89,69
67	Cabo Displayport	479549	UND	30	R\$ 127,12
68	Adaptador VGA para HDMI	435920	UND	30	R\$ 54,52
69	Adptador HDMI para VGA	435920	UND	30	R\$ 18,64
70	Disco Rígido (HD) 2 TB	602281	UND	30	R\$ 547,88
71	Adaptador displayport para hdmi	435888	UND	30	R\$ 21,73
72	Rádio comunicador portátil	615245	UND	30	R\$ 1.050,77
73	Impressora ecotank	618566	UND	15	R\$ 1.853,20
Valor estimado da contratação					R\$ 814.653,5844

9. Estimativa do Valor da Contratação

9. O valor estimado total da contratação é de R\$ **R\$ 814.653,5844**(oitocentos e quatorze mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos)), correspondente ao somatório dos valores estimados dos itens constantes na tabela do item 8 deste Estudo Técnico Preliminar.

9.1 METODOLOGIA UTILIZADA

9.1.1A definição dos quantitativos baseou-se no **Inventário de Bens de TIC** do 1º Batalhão Ferroviário, aplicando-se os seguintes critérios:

9.1.2. Taxa de Obsolescência: Levantamento técnico que identificou o estado de conservação do parque tecnológico.

9.1.3. Manutenção de Continuidade: Cálculo de insumos necessários para manter os equipamentos ativos em operação (impressoras e rádios).

9.1.4. Plano de Expansão/Segurança: Necessidade de cobertura de novos postos de vigilância e destacamentos de obra.

9.2 JUSTIFICATIVA POR GRUPOS OPERACIONAIS

9.3. Estações de Trabalho e Upgrades (Itens 3, 4, 45, 57 e 86)

9.3.1. Diagnóstico: O Batalhão possui atualmente **211 máquinas** em uso na sede, além das unidades nos destacamentos

9.3.2. Situação Técnica: Apenas **30% (aprox. 63 máquinas)** são consideradas em bom estado. Os demais **70% (aprox. 148 máquinas)** apresentam alto grau de obsolescência ou baixo desempenho para softwares de engenharia.

9.3.2.1.Cálculo:

9.3.2.2. Aquisição de Novas Workstations (Itens 3 e 4): 25 unidades (10 sem monitor e 15 com monitor). Representam a substituição prioritária das máquinas críticas de processamento técnico.

9.3.2.3. Kits de Upgrade e SSDs (Itens 45, 57 e 86): 90 unidades de upgrade no total e 80 SSDs. Essa solução foi escolhida por ser mais econômica, permitindo a sobrevivência de **90 computadores** que ainda possuem gabinetes e fontes aproveitáveis, corrigindo o problema de desempenho dos 70% da frota defasada.

9.4. Videomonitoramento (Itens 1 e 46)

9.4.1. Diagnóstico: Atualmente existem **34 câmeras** instaladas na sede.

9.4.2. Necessidade: Substituição integral do parque da sede (devido à tecnologia analógica ultrapassada) e expansão para os novos destacamentos de obra.

9.4.2.1. Cálculo: **35 Câmeras (Item 1)** e **10 Gravadores/DVRs (Item 46)**. O quantitativo visa a modernização dos 34 pontos existentes na sede e a criação de reserva técnica para manutenção imediata em áreas de destacamento.

9.5. Suprimentos de Impressão (Itens 23 a 40 e 60 a 64)

9.5.1. Diagnóstico: O parque de impressão é composto por **35 impressoras** de diferentes modelos.

9.5.2. Consumo Médio: Estimado em 1,5 a 2 toners/cartuchos por impressora a cada semestre, dependendo do volume de projetos de engenharia.

9.5.2.1. Cálculo: Os quantitativos de toners (ex: 50 unidades para o item 24; 60 para o item 25) foram dimensionados para garantir a autonomia de **12 meses** de operação para as 35 impressoras ativas, evitando paralisações administrativas.

9.6. Rádios Comunicadores (Itens 41 e 72)

9.6.1.Necessidade: Atividades de campo em áreas remotas de obras ferroviárias sem sinal de telefonia.

9.6.1.1. Cálculo: **70 unidades no total** (40 de longo alcance e 30 portáteis). O número baseia-se na quantidade de equipes de topografia, engenharia e segurança que atuam simultaneamente nos destacamentos.

9.7. MEMÓRIA DE CÁLCULO DE PREÇOS ESTIMADOS

Os valores de referência, que totalizam **R\$ 783.952,50**, foram obtidos através de:

9.7.1. Média Aritmética Simples de no mínimo 3 orçamentos idôneos para cada item, priorizando dados do Pannel de Preços e contratações similares de outros órgãos militares.

9.7.2. Observância ao PMC-TIC: Para itens padronizados, os valores foram confrontados com os Preços Máximos de Compra de TIC da SGD/MGI.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo o fornecimento parcelado dos materiais conforme a necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária.

10.2. O parcelamento da solução mostra-se técnica e economicamente viável, tendo em vista que os itens objeto da contratação possuem natureza divisível e podem ser fornecidos de forma individualizada, sem prejuízo da funcionalidade ou da continuidade das atividades desempenhadas pela Organização Militar.

10.3. A adoção do fornecimento parcelado contribui para maior eficiência administrativa, melhor gestão dos recursos públicos e redução de riscos relacionados à formação excessiva de estoque, possibilitando que as aquisições ocorram conforme a demanda efetiva dos setores requisitantes.

10.4. O critério adotado também amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de maior número de fornecedores especializados nos diferentes segmentos dos materiais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) contemplados na contratação.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não se verifica a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade da presente contratação, tendo em vista que os materiais pretendidos podem ser adquiridos e utilizados de forma independente, conforme a necessidade da Administração.

11.2. Os itens objeto da contratação destinam-se à manutenção, ampliação e modernização da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) já existente no âmbito do 1º Batalhão Ferroviário, sendo compatíveis com os recursos atualmente utilizados pela Organização Militar.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Anual das Contratações do 1º Batalhão Ferroviário para o exercício de 2026, observando as necessidades administrativas e operacionais da Organização Militar.

12.2. A contratação está em consonância com as diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) adotadas pela Administração, visando a manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica utilizada no âmbito do 1º Batalhão Ferroviário.

12.3. A demanda também se encontra alinhada aos princípios da eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e melhoria dos recursos tecnológicos empregados nas atividades institucionais da Organização Militar.

13. Resultados Pretendidos

13.1. A presente contratação tem como objetivo garantir a continuidade das atividades administrativas, operacionais e técnicas desenvolvidas no âmbito do 1º Batalhão Ferroviário, por meio da manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

13.2. Com a aquisição dos materiais pretendidos, espera-se proporcionar maior eficiência operacional, melhoria no desempenho dos equipamentos utilizados pela Administração, aumento da confiabilidade da infraestrutura tecnológica e suporte adequado às demandas dos setores usuários.

13.3. Pretende-se, ainda, reduzir riscos de interrupção das atividades decorrentes de falhas, obsolescência ou insuficiência de equipamentos e suprimentos, assegurando melhores condições para execução das atividades institucionais da Organização Militar.

13.4. A contratação também busca promover maior economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, mediante aquisições realizadas conforme necessidade da Administração, por meio do Sistema de Registro de Preços.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A presente contratação demandará o acompanhamento e fiscalização por servidores designados pela Administração, visando assegurar o adequado cumprimento das condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos da contratação.

14.2. Caberá aos setores responsáveis realizar o recebimento, conferência e verificação dos materiais fornecidos, observando o atendimento às especificações técnicas exigidas, qualidade dos produtos e demais requisitos previstos para a contratação.

14.3. Os setores usuários e a Seção de Informática deverão adotar as medidas administrativas necessárias ao adequado armazenamento, instalação e utilização dos materiais adquiridos, garantindo sua correta aplicação nas atividades desenvolvidas pela Organização Militar.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A presente contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados ao descarte de equipamentos eletroeletrônicos, componentes de informática, suprimentos de impressão e demais materiais utilizados na infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

15.2. Visando minimizar possíveis impactos ambientais, a Administração adotará medidas de descarte adequado dos materiais inservíveis, observando a legislação ambiental vigente e, quando aplicável, os procedimentos de logística reversa.

15.3. Sempre que possível, serão priorizados materiais e equipamentos que apresentem maior eficiência energética, durabilidade e possibilidade de reciclagem, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU. (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>)

15.4. A contratação buscará promover o uso racional dos recursos públicos e a adoção de práticas sustentáveis compatíveis com a natureza dos materiais a serem adquiridos.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Considerando os elementos constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação atende ao interesse público e aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços administrativos da Administração Pública.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

MAYCON MACHADO BARBOZA

Membro da comissão de contratação



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO FERROVIÁRIO
(Batalhão de Engenheiros/1885 – 1º Batalhão Ferroviário/1920)
BATALHÃO BENJAMIN CONSTANT**

**(MINUTA)
ANEXO II**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2026 - 1º B Fv
Processo Administrativo nº NUP: 65307.003139/2026-53**

O 1º Batalhão Ferroviário, com sede na Rua Marechal Rondon, 200, Bairro Conta Dinheiro, na cidade de Lages/Estado de Santa Catarina, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 07.517.504/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesas do 1º B Fv, o Tenente Coronel **VICENTE DA SILVA COSTA**, nomeado pela Portaria - C Ex nº 618, de 22 de maio de 2025, publicada no DOU nº 96 de 23 de maio de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90007/2026**, processo administrativo NUP: 65307.003139/2026-53, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material permanente e de consumo da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo **do edital de Licitação nº 90007/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva e a relação dos licitantes classificados em cada item estão disponíveis no termo de homologação dos respectivos itens. Essas informações podem ser consultadas no Portal de Compras do Governo Federal.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o 1º Batalhão Ferroviário.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou às entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Por meio deste instrumento, o contratado, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº **90007/2026**, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Lages, SC, na data da assinatura eletrônica.

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

n do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	ecificação	Marca exigida no edital)	Modelo exigido no edital)	nidade	antidade Máxima	antidade Mínima	alor Un	garantia alidade
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

n do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	ecificação	Marca exigida no edital)	Modelo exigido no edital)	nidade	antidade Máxima	antidade Mínima	alor Un	garantia alidade
X								



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO FERROVIÁRIO
(Batalhão de Engenheiros/1885 – 1º Batalhão Ferroviário/1920)
BATALHÃO BENJAMIN CONSTANT

(MINUTA)

ANEXO III

TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 65307.003139/2026-53)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E
.....

A União, pessoa jurídica de direito público, por intermédio do 1º Batalhão Ferroviário, com sede na Rua Marechal Rondon, 200, Bairro Conta Dinheiro, na cidade de Lages - SC, inscrito no CNPJ nº 07.517.504/0001-22, neste ato representado pelo Sr. Tenente Coronel **VICENTE DA SILVA COSTA** – Ordenador de Despesas do 1º Batalhão Ferroviário, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **65307.003139/2026-53** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90007/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de materiais de consumo para o gabinete odontológico**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.26. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.27. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Subseção Judiciária de Lages/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lages, SC, na data da assinatura eletrônica.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Logomarca da empresa

ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(Este é um modelo ilustrativo. A empresa poderá adaptar esta planilha para incluir outros elementos que apresentem a composição dos custos dos produtos ofertados de forma a melhor demonstrar a formação do preço proposto e sua exequibilidade)

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90007/2026
UASG 160447 – 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de material permanente e de consumo da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Ao Sr. Pregoeiro.

A empresa _____, CNPJ nº _____ sediada (endereço completo) _____, tem os seguintes custos para formação do preço do(s) produto(s)/serviço(s) abaixo discriminado(s), de forma a reiterar a exequibilidade da proposta de preços:

Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Descrição	Despesas com insumos	Despesas operacionais	Despesas administrativas	Impostos	Lucro	Valor total do material/serviço

- Declaro, sob as penas da lei, que os preços cotados pela empresa (citar o nome da empresa licitante) são plenamente exequíveis e que serão cumpridos conforme prevê o Edital e seus anexos.
- Declaro ainda que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Local-UF, _____ de _____ de 2025.

Nome do Representante legal da empresa
Identidade / CPF